



CÂMARA MUNICIPAL DE POÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

005. PROVA OBJETIVA

TÉCNICO LEGISLATIVO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Inscrição _____

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números 01 a 06.

A rapidez da Internet e o fácil acesso à troca de informação começam a tornar obrigatória uma revisão das relações trabalhistas. Hoje bastam um computador e uma conexão wi-fi para estabelecer uma relação profissional. Munidos de smartphones, tablets e notebooks, profissionais passam a trabalhar de qualquer lugar, seja em casa, seja no parque ou no escritório – ambiente cada vez mais descartável. É uma mudança radical, já nomeada de “revolução do emprego flexível”. O risco, para os críticos desse movimento, pode ser o início de uma peleja entre empregadores e funcionários, com a deterioração das condições de trabalho. A cada ano, a adoção desse novo método aumenta em até 70%, em substituição à forma tradicional de bater ponto.

O economista inglês Guy Standing, autor de *O Precariado: a Nova Classe Perigosa*, livro sobre as atuais condições instáveis de trabalho, afirma que o novo método tem espalhado insegurança. Ele calcula que, em cinco anos, uma em cada três relações trabalhistas será realizada on-line. Para Standing, é urgente achar uma forma de fazer a transição sem que, no caminho, funcionários tenham direitos desrespeitados.

Já os defensores do trabalho on-line apostam que a transformação aliviará crises de desemprego, eliminará a ideia de escassez de mão de obra e fundará o conceito de meritocracia global. Funcionários não serão avaliados por quão bem se relacionam com chefes. No trabalho on-line, ninguém tem rosto e, por isso, todos passam a ser julgados apenas pela eficiência. Gostemos ou não, é irreal combatê-lo. Nas palavras do escritor George Bernard Shaw: “O homem razoável se adapta ao mundo; o insensato persiste em tentar adaptar o mundo a ele.”

(Veja. 28.10.2015. Adaptado)

01. De acordo com o primeiro parágrafo, a revolução do emprego flexível

- (A) consiste em acionar os funcionários, para que eles se reúnam nas empresas e definam as prioridades a serem seguidas.
- (B) visa a promover encontros entre grupos empresariais com o intuito de priorizar o uso de ferramentas tecnológicas no trabalho.
- (C) pretende intensificar as relações humanas no ambiente de trabalho, para que as metas sejam cumpridas mais facilmente.
- (D) oferece às empresas modelos de organização empresarial, segundo os quais os funcionários podem trocar de funções.
- (E) conta com o uso de vários instrumentos tecnológicos, que permitem ao funcionário exercer suas funções em espaços múltiplos.

02. Para o economista Guy Standing, o novo método de trabalho

- (A) pode comprometer as relações trabalhistas, além de gerar desconfiança, mas acabará por impor-se às formas tradicionais de trabalho.
- (B) desestabiliza temporariamente o modo de agir da classe trabalhadora, por isso, poderá ser rejeitado por ela.
- (C) provoca resistência entre os funcionários, porque eles desconhecem todos os benefícios que ele pode trazer-lhes.
- (D) viola os direitos trabalhistas, logo é inútil tentar encontrar um meio de convencer os funcionários a aceitá-lo.
- (E) traz perspectivas alentadoras aos trabalhadores, já que eles poderão trocar experiências entre si.

03. De acordo com a norma-padrão da concordância e da conjugação verbal, está correta a frase:

- (A) É provável que o trabalho on-line atenuem crises de desemprego e suprima a escassez de mão de obra; espera-se que se avalie funcionários pela meritocracia.
- (B) É provável que o trabalho on-line atenuem crises de desemprego e suprima a escassez de mão de obra; espera-se que se avaliem funcionários pela meritocracia.
- (C) É provável que o trabalho on-line atenua crises de desemprego e suprime a escassez de mão de obra; espera-se que se avalie funcionários pela meritocracia.
- (D) É provável que o trabalho on-line atenuam crises de desemprego e suprimem a escassez de mão de obra; espera-se que se avaliam funcionários pela meritocracia.
- (E) É provável que o trabalho on-line atenuem crises de desemprego e suprima a escassez de mão de obra; espera-se que se avalie funcionários pela meritocracia.

04. As lacunas da frase “O homem provido de razoabilidade adapta-se _____ circunstâncias; os que resistem _____ elas persistem em _____ adaptadas a eles.” estão, correta e respectivamente, preenchidas, de acordo com a norma-padrão, em:

- (A) as ... a ... ver elas
- (B) às ... à ... as ver
- (C) às ... a ... vê-las
- (D) as ... à ... ver-lhes
- (E) às ... à ... vê-las

05. Assinale a alternativa em que a expressão em sentido figurado é explicada corretamente, de acordo com o contexto.
- (A) Ambiente cada vez mais descartável. → Ambiente cada vez mais inóspito.
 - (B) Pode ser o início de uma peleja entre empregadores e funcionários. → Pode ser o início de um consenso entre empregadores e funcionários.
 - (C) O novo método tem espalhado insegurança. → O novo método tem restringido insegurança.
 - (D) No trabalho on-line, ninguém tem rosto. → No trabalho on-line, ninguém se personaliza.
 - (E) A transformação aliviará crises de desemprego. → A transformação suscitará crises de desemprego.
06. As expressões em destaque nas frases "A cada ano, a adoção desse novo método aumenta em **até** 70%, em substituição à forma tradicional de bater ponto," e "Funcionários não serão avaliados por **quão** bem se relacionam com chefes," assumem no contexto, respectivamente, sentido de
- (A) tempo, espaço, modo.
 - (B) referência, especificidade, causa.
 - (C) modo, situação, afirmação.
 - (D) tempo, limite, intensidade.
 - (E) limite, modo, intensidade.

Leia o texto para responder às questões de números 07 a 10.

Outro desdobramento do cibertrabalho é o trabalho a distância, o melhor dos mundos para o capital. Você trabalha em sua casa, onde o público e o privado se embaralham; como não há definição do que é trabalho e do que é descanso, a jornada se estende. Você fica sempre disponível e pode ser incomodado a qualquer hora por questões de trabalho, afinal você não está apenas em casa, está também no escritório. A noção de tempo desmorona com a vida privada. É uma nova modalidade de precarização permitida pela tecnologia. O pior é que virou tendência, essa é a nossa tragédia. Sou capaz de compreender o lado positivo do trabalho a distância para certo tipo de trabalhador que dispõe de "capital cultural" e acha bom ter controle sobre o próprio tempo. Mas o inverso disso é a individualização, o isolamento, o fim do trabalho coletivo e a quebra dos laços sociais.

(Ricardo Antunes (entrevista). O Estado de S.Paulo, 11.10.09.
<http://femaruusp.wordpress.com>. Adaptado)

07. Sobre o texto, é correto afirmar que
- (A) a noção de tempo torna-se consistente, porque, trabalhando-se em casa e não no escritório, o funcionário pode dispor do tempo como quiser.
 - (B) a tecnologia permitirá ao funcionário exercer maior controle sobre a qualidade de seu trabalho, além de poder inovar sempre.
 - (C) o ambiente de trabalho se descaracteriza, e o funcionário pode ser alcançado onde quer que ele esteja, situação ideal para o sistema capitalista.
 - (D) o trabalho efetuado no espaço doméstico é uma prerrogativa dos que podem aliar a tecnologia para difundir a cultura.
 - (E) a vida privada fica preservada, quando o funcionário exerce suas funções em casa e não se expõe nos espaços públicos.
08. Assinale a alternativa correta quanto ao emprego e à colocação do pronome pessoal.
- (A) Não se definem o ambiente do trabalho e o da casa; o profissional fica à mercê da empresa, que pode convocá-lo a qualquer momento e atribuir-lhe atividades. Essa é a tragédia que nos acomete.
 - (B) Não definem-se o ambiente do trabalho e o da casa; o profissional fica à mercê da empresa, que pode convocar-lhe a qualquer momento e atribuir-lhe atividades. Essa é a tragédia que nos acomete.
 - (C) Não se definem o ambiente do trabalho e o da casa; o profissional fica à mercê da empresa, que pode convocá-lo a qualquer momento e a ele atribuir atividades. Essa é a tragédia que acomete-nos.
 - (D) Não se definem o ambiente do trabalho e o da casa; o profissional fica à mercê da empresa, que o pode convocar a qualquer momento e atribuir-lhe atividades. Essa é a tragédia que acomete-nos.
 - (E) Não definem-se o ambiente do trabalho e o da casa; o profissional fica à mercê da empresa, que pode convocar-lhe a qualquer momento e o atribuir atividades. Essa é a tragédia que nos acomete.
09. Assinale a alternativa em que a primeira e a segunda barras devem ser substituídas por vírgula, e a última, por dois-pontos.
- (A) Previna-se / trabalhador contra o pior dos males do trabalho / a distância o fim / dos laços sociais.
 - (B) Previna-se / trabalhador / contra o pior dos males do trabalho a distância / o fim dos laços sociais.
 - (C) Previna-se trabalhador / contra o pior dos males / do trabalho / a distância o fim dos laços sociais.
 - (D) Previna-se / trabalhador contra / o pior dos males do trabalho a distância o fim / dos laços sociais.
 - (E) Previna-se trabalhador / contra o pior dos males / do trabalho a distância / o fim dos laços sociais.

10. Leia a tirinha e assinale a alternativa em que as duas frases são coerentes com ela, quanto ao sentido.



(<http://jeancmiranda.blogspot.com.br/2011/07/vida-moderna.html>)

- (A) O trabalho em casa é mais saudável. / A noção de tempo desmorona com a vida privada.
- (B) Os desdobramentos do trabalho devido à tecnologia. / Sou capaz de compreender o lado positivo do trabalho a distância.
- (C) A importância do trabalho na vida pessoal. / O capitalismo cooptou a tecnologia.
- (D) Homem e tecnologia: cúmplices inseparáveis. / Capital cultural e tecnologia.
- (E) A onipresença da tecnologia. / A indefinição do que é trabalho e do que é descanso.

MATEMÁTICA

11. Fernanda trabalha como professora particular de matemática. Ela cobra R\$ 70,00 por aula dos alunos que marcam pelo menos 10 aulas por mês e cobra R\$ 100,00 por aula dos demais alunos. No mês de novembro, ela ganhou R\$ 5.750,00, em um total de 80 aulas, sendo que destas o número de aulas em que cobrou R\$ 100,00 foi igual a
- (A) 3.
- (B) 4.
- (C) 5.
- (D) 6.
- (E) 7.
12. Para o encontro cultural da escola, os estudantes formaram ou grupos com 2 meninos e 3 meninas ou grupos com 3 meninos e 4 meninas. Cada estudante só participou de um único grupo, e o número de grupos com 7 estudantes superou o número de grupos com 5 estudantes em 5. A diferença entre o número de meninas e meninos nessa escola, sabendo-se que todos os 203 estudantes da escola participaram do encontro, é igual a
- (A) 14.
- (B) 19.
- (C) 25.
- (D) 28.
- (E) 33.

13. Uma universidade oferece dois cursos de verão A e B. De 2015 para 2016, esses dois cursos tiveram juntos uma queda de 4% no número de inscritos, o que corresponde a 3 pessoas. Além disso, em 2016, o número de inscritos no curso A teve 20% de aumento, e, no curso B, uma queda de 20%, ambos em relação a 2015. Sabendo-se que, em 2016, os números de inscritos nos cursos A e B foram iguais, a diferença entre os números de inscritos nesses dois cursos, em 2015, era igual a
- (A) 5.
- (B) 10.
- (C) 15.
- (D) 20.
- (E) 25.
14. Em uma escola, a média das alturas dos meninos é 172 cm e a das meninas é 167 cm. Se a média das alturas de todos os estudantes dessa escola é igual a 169 cm e se o número de meninas na escola é 25 a mais do que o número de meninos, conclui-se que o número de estudantes da escola é igual a
- (A) 125.
- (B) 130.
- (C) 135.
- (D) 140.
- (E) 145.
15. Em 4 dias, funcionando 10 horas por dia, 13 máquinas da marca B e 9 máquinas da marca A produzem o dobro de parafusos que, em 5 dias, funcionando 7 horas por dia, produzem 6 máquinas da marca B e 7 máquinas da marca A. Considerando que máquinas da mesma marca sempre produzem a mesma quantidade de parafusos por hora, para produzir a mesma quantidade de parafusos que uma máquina da marca B produz em 20 horas, duas máquinas da marca A devem trabalhar um número de horas igual a
- (A) 12.
- (B) 13.
- (C) 14.
- (D) 15.
- (E) 16.

16. Seja X um número inteiro, positivo e menor do que 100. O resto da divisão de X por 5 é igual a 1, e o resto da divisão de X por 11 é igual a 7. A soma dos algarismos de X é igual a
- (A) 6.
(B) 7.
(C) 8.
(D) 9.
(E) 10.
17. Dois amigos treinaram, em uma pista reta de 40 metros de comprimento, e mantiveram, cada um, velocidade constante. Eles partiram ao mesmo tempo do início da pista, e, quando o amigo mais rápido atingiu o fim da pista, o amigo mais lento estava a 24 metros do início. Nesse instante, o mais rápido deu meia volta e retornou em direção ao início, encontrando-se com o amigo a uma distância do fim da pista, em metros, igual a
- (A) 2.
(B) 4.
(C) 6.
(D) 8.
(E) 10.
18. Dois amigos partiram de um ponto P em direções perpendiculares um ao outro. Dois minutos depois, um dos amigos havia caminhado 1 metro a mais do que o outro, e a distância entre eles, em linha reta, era 12 metros a menos do que do que a soma das distâncias percorridas pelos dois amigos. A soma das distâncias percorridas pelos amigos dois minutos depois de partirem do ponto P , em metros, é igual a
- (A) 36.
(B) 41.
(C) 46.
(D) 51.
(E) 56.

19. Quatro amigos estão em um mesmo lado de uma ponte suspensa que precisam atravessar. Por questões de segurança, a travessia deve ser feita com um cinto que se prende a um cabo de aço ao longo da ponte. Eles dispõem de apenas um cinto, que suporta somente duas pessoas por vez; logo, cada vez que uma dupla atravessa a ponte, um dos amigos que já atravessou deve trazer o cinto de volta para o outro lado. Esses amigos, quando sozinhos, conseguem atravessar a ponte respectivamente em 2, 3, 5 e 7 minutos. Quando estão em dupla, o tempo para atravessar a ponte é o do amigo mais lento. O menor tempo, em minutos, para que todos os amigos cruzem essa ponte é igual a

- (A) 14.
- (B) 15.
- (C) 17.
- (D) 18.
- (E) 19.

20. O trapézio sombreado da figura está inscrito em um retângulo. A área desse trapézio é 12 m^2 , sua base maior mede o dobro da base menor e sua altura tem a mesma medida da base maior.



Figura fora de escala

Sabendo-se que a área do trapézio sombreado corresponde a 45% da área do retângulo, a razão entre o menor e o maior lado do retângulo vale

- (A) 0,3.
- (B) 0,45.
- (C) 0,55.
- (D) 0,6.
- (E) 0,75.

R A S C U N H O

21. O conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação, para os efeitos da Lei nº 12.527/11, considera-se

- (A) informação.
- (B) tratamento do documento.
- (C) disponibilidade.
- (D) tratamento da integridade.
- (E) tratamento da informação.

22. De acordo com as determinações previstas na Lei Complementar nº 101/2000, assinale a alternativa correta.

- (A) É nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do Titular do respectivo Poder ou órgão, como a Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas do Município, quando houver.
- (B) Se a despesa total com pessoal exceder a 50% (cinquenta por cento) do total da arrecadação de impostos do Município, é vedada a alteração estrutural de carreira que implique aumento de despesa.
- (C) Os recursos legalmente vinculados a uma finalidade específica poderão ser utilizados para atender outros objetos que não de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorreu a vinculação.
- (D) As empresas da Administração Indireta dos Municípios não estão obrigadas a cumprir as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (E) A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no bimestre em referência e nos quinze meses anteriores, incluídas as duplicidades.

23. De acordo com a Lei nº 8.429/92, constitui um ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública,

- (A) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao mercado.
- (B) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- (C) liberar verba pública sem a restrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.
- (D) revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
- (E) adquirir, para si ou para outro, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à renda do agente público.

24. Nos termos do que dispõe o Regimento Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Poá, assinale a alternativa correta.

- (A) O aproveitamento é o retorno à atividade do servidor aposentado por invalidez, quando, por laudo de perícia da Previdência Social, forem declarados insubistentes os motivos da aposentadoria.
- (B) A exoneração de cargo de provimento em comissão dar-se-á a juízo da autoridade competente ou a pedido do próprio servidor.
- (C) O servidor público em estágio probatório poderá receber progressões funcionais.
- (D) O servidor estável que, em virtude de concurso público de provas ou de provas e títulos, for nomeado para outro cargo público, fica dispensado de cumprir novo período de estágio probatório.
- (E) Os servidores investidos em cargo de provimento em comissão ou função de direção ou chefia, quando afastados, não terão substitutos.

25. De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Poá, o seu Presidente só poderá votar, dentre outras, na seguinte condição:

- (A) quando a matéria a ser discutida exigir quorum de 1/3 (um terço) dos membros presentes.
- (B) nas votações abertas ao público.
- (C) na eleição da mesa.
- (D) quando a matéria exigir o voto da maioria absoluta dos membros presentes à sessão.
- (E) nas votações de proposições apresentadas por ele.

26. Assinale a alternativa que apresenta o nome do aplicativo acessório do MS-Windows 7, em sua configuração padrão, usado para editar arquivos de extensão PNG.

- (A) Paint.
- (B) Painel de Controle.
- (C) Bloco de Notas.
- (D) Notas Adesivas.
- (E) WordPad.

27. Um usuário, por meio do MS-Word 2010, em sua configuração padrão, seleciona a opção Contínuo, ao inserir uma quebra de seção. Essa ação insere uma quebra de seção e inicia a nova seção na

- (A) página seguinte.
- (B) próxima página de número ímpar.
- (C) próxima página de número par.
- (D) mesma seção.
- (E) mesma página.

28. Observe a planilha exibida a seguir, sendo editada por meio do MS-Excel 2010, em sua configuração padrão.

	A	B	C
1	3	1	8
2	2	2	5
3	6	3	4
4			

Assinale a alternativa que contém o valor que será exibido na célula A4, após esta ser preenchida com a fórmula =SE(MÉDIA(A2:B3)>=3;MAIOR(A2:C3;3);MENOR(B1:B3;2))

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

29. Observe a imagem a seguir, retirada do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração original, que contém parte das opções de impressão.



Assinale a alternativa que apresenta a quantidade de slides que serão impressos, de acordo com a imagem exibida.

- (A) 1.
 - (B) 2.
 - (C) 3.
 - (D) 4.
 - (E) 6.
30. A imagem a seguir foi retirada do MS-Outlook 2010, em sua configuração padrão, após um usuário selecionar um e-mail recebido.



Assinale a alternativa que apresenta a funcionalidade relacionada ao ícone exibido.

- (A) Marca o e-mail selecionado como SPAM.
- (B) Marca o e-mail selecionado como não prioritário.
- (C) Exclui o e-mail selecionado.
- (D) Bloqueia o remetente do e-mail selecionado.
- (E) Exclui apenas os anexos do e-mail selecionado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

31. As atividades administrativas são desenvolvidas pelo Estado para benefício da coletividade. Mesmo quando age em vista de algum interesse estatal imediato, o fim último de sua atuação deve ser voltado para o interesse público. E se não estiver presente esse objetivo, a atuação estará inquinada de desvio de finalidade. Essas afirmações tratam da aplicação do princípio da
- (A) moralidade.
 - (B) supremacia do interesse público.
 - (C) legalidade.
 - (D) eficiência.
 - (E) transparência.
32. O conjunto de órgãos que integram as pessoas federais, aos quais foi atribuída a competência para o exercício, de forma centralizada, das atividades administrativas do Estado, é a definição de
- (A) Empresa Pública.
 - (B) Fundação Pública.
 - (C) Administração Direta.
 - (D) Administração Indireta.
 - (E) Descentralização Administrativa.
33. Considere a seguinte situação hipotética. Um servidor requer suas férias para determinado mês, sendo o pleito indeferido pelo chefe, sob a alegação de que há falta de pessoal na repartição. Todavia, o interessado prova que, ao contrário, há excesso, com servidores ociosos. O ato de indeferimento estará viciado
- (A) na finalidade, porque a função administrativa é atender ao bem comum, aos reclamos da comunidade em geral.
 - (B) na imperatividade, pois os atos administrativos são cogentes, obrigando a todos quantos se encontrem em seu círculo de incidência.
 - (C) na autoexecutoriedade, pois o ato, tão logo praticado, pode ser executado e seu objeto imediatamente alcançado.
 - (D) no motivo, pela aplicação da teoria dos motivos determinantes, porque deve haver compatibilidade entre o motivo expresso no ato e a realidade fática.
 - (E) no mérito em que se realiza a avaliação de conduta, ponderando os aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática do ato.

34. Assinale a alternativa que corretamente disserta sobre os Poderes Administrativos.
- (A) Cumpre à Administração criar os mecanismos de complementação das leis, indispensáveis à sua efetiva aplicabilidade, sendo essa a base do poder regulamentar, que é uma função normativa.
 - (B) O poder vinculado é a prerrogativa concedida aos agentes administrativos de elegerem, entre várias condutas possíveis, a que traduz maior conveniência e oportunidade para o interesse público.
 - (C) O poder regulamentar resulta do inafastável confronto entre os interesses público e privado, e nele há a necessidade de impor, às vezes, restrições aos direitos dos indivíduos.
 - (D) O poder de polícia é o que cabe à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.
 - (E) O poder vinculado é privativo do Chefe do Executivo, exterioriza-se por meio de decreto e somente se exerce quando a lei deixa alguns aspectos de sua aplicação para serem desenvolvidos pela Administração, ou seja, quando confere certa margem para a Administração decidir.
35. Considere a seguinte situação hipotética. Agente público emite ato de autorização para extrair areia de rio, preenchidos os requisitos legais, quando as condições fáticas não violavam o interesse público. Porém, posteriormente, verifica-se que a atividade consentida está a criar malefícios ao meio ambiente. Nesse caso, o agente público deve
- (A) pleitear ao Judiciário a anulação do ato.
 - (B) anular o ato administrativamente.
 - (C) pleitear ao Judiciário a revogação do ato.
 - (D) assinalar prazo para manifestação do terceiro interessado.
 - (E) revogar o ato.
36. Acerca do regime jurídico-constitucional dos agentes públicos, é correto afirmar que
- (A) estabilidade é o direito outorgado ao servidor estatutário, nomeado em virtude de concurso público, de permanecer no serviço público após dois anos de efetivo exercício.
 - (B) os servidores públicos trabalhistas e os servidores públicos temporários têm sua previdência enquadrada no regime previdenciário especial ou próprio.
 - (C) o concurso, como processo seletivo que é, tem que se compatibilizar com a natureza e a complexidade das funções atribuídas ao cargo ou ao emprego.
 - (D) o direito de acesso ao serviço público é conferido aos brasileiros natos que preencham os requisitos legais, pois há restrição quanto ao sentido do termo brasileiros.
 - (E) como regra geral, é permitida a acumulação remunerada de cargos, empregos e funções remuneradas na Administração Direta.
37. Prevê a Constituição Federal que ao servidor público da Administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo,
- (A) investido no mandato de Prefeito, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
 - (B) investido no mandato de Vereador, sempre acumulará e perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, e a remuneração do cargo eletivo.
 - (C) investido no mandato de Vereador, sempre será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
 - (D) tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
 - (E) investido no mandato de Prefeito, não havendo compatibilidade de horários, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

38. A Administração pode instaurar e impulsionar, de ofício, o processo administrativo e não depende da vontade do interessado. Por isso, é correto afirmar que o processo administrativo tem como um de seus princípios
- (A) o informalismo procedimental.
 - (B) a oficialidade.
 - (C) o devido processo legal.
 - (D) o contraditório e a ampla defesa.
 - (E) a verdade real.
39. Acerca da declaração de bens, prevista na Lei Federal nº 8.429/92, é correto afirmar que
- (A) a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no Gabinete do Chefe do Poder ao qual o agente público está vinculado.
 - (B) será punido com a pena de suspensão, por 90 (noventa) dias, sem prejuízo de outras sanções cabíveis nos âmbitos cível, criminal e fiscal, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.
 - (C) a declaração de bens será atualizada mensalmente e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função, além da entrega da cópia da declaração anual de bens apresentada à Delegacia da Receita Federal.
 - (D) será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que não apresentar a declaração de bens anualmente atualizada e cópia da declaração anual de bens apresentada à Delegacia da Receita Federal.
 - (E) a declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no país ou no exterior, e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico.
40. Considere a seguinte situação hipotética. Cidadão de Poá solicita à Câmara Municipal informações sobre os valores pagos nos últimos 12 (doze meses) à empresa contratada para prestação de serviços de limpeza das dependências do Poder Legislativo. O pleito é indeferido com a informação verbal, por funcionário da Câmara que trabalha no Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, que a decisão foi dada com base na previsão da Lei Federal nº 12.527/11 de que as informações que comprometam atividades, investigação ou fiscalização em andamento terão restrição de acesso. O funcionário, todavia, não entrega ao Cidadão qualquer documento que comprove o alegado. Neste caso, considerando o disposto na Lei Federal nº 12.527/11, é correto afirmar que
- (A) a conduta do funcionário está incorreta, pois a Lei da Transparência prevê que é direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.
 - (B) a conduta do funcionário está correta, pois as informações que possam comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações podem ser objeto de restrição de acesso.
 - (C) a conduta do funcionário está incorreta, pois deveria indicar ao Cidadão o sítio à disposição na internet no qual deve estar publicado o rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura.
 - (D) a conduta do funcionário está correta, pois divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal é conduta ilícita prevista na Lei da Transparência.
 - (E) a conduta do funcionário está incorreta, pois as informações ou documentos que versem sobre condutas que possam ser caracterizadas como violação de deveres, por agentes públicos, não poderão ser objeto de restrição de acesso.

41. As normas constitucionais destinadas a assegurar a solução de conflitos constitucionais, a defesa da Constituição, do Estado e das instituições democráticas, são identificadas como elementos

- (A) formais de aplicabilidade.
- (B) de estabilização constitucional.
- (C) limitativos.
- (D) orgânicos.
- (E) socioideológicos.

42. A respeito da criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, prevê a Constituição Federal de 1988, dentre outras determinações, que

- (A) serão realizadas por Lei Federal, em período previamente determinado por Lei Complementar Federal.
- (B) independem da realização, apresentação e publicação de Estudos de Viabilidade Municipal.
- (C) após a edição da Lei Estadual, deverá a matéria ser submetida a referendo das populações dos Municípios envolvidos.
- (D) dependerá da edição simultânea de Lei Complementar Federal, Lei Complementar Estadual e Lei Complementar Municipal, com conteúdo autorizatório.
- (E) dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos.

43. A Lei Orgânica Municipal deve obedecer a princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição do respectivo Estado e, dentre outros, ao seguinte preceito:

- (A) iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, por meio de manifestação de, pelo menos, 10 (dez) por cento do eleitorado.
- (B) julgamento do Prefeito perante o Tribunal Regional Federal da respectiva região.
- (C) cooperação das associações representativas no planejamento municipal.
- (D) para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de 10 (dez) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes.
- (E) processo legislativo para emendas à Lei Orgânica em votação por maioria de 3/5 (três quintos), em 2 (dois) turnos.

44. Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre o previsto na Constituição Federal a respeito da Administração Pública.

- (A) Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.
- (B) A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e transparência, todos previstos expressamente na Constituição Federal.
- (C) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou verba indenizatória.
- (D) Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos, excluídos os pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- (E) Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

45. Considere a seguinte situação hipotética. Vereador da Câmara Municipal de Poá propõe projeto de lei que aumenta dois tributos municipais: o Imposto Predial e Territorial Urbano e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. Considerando as normas da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que
- (A) o Plenário da Câmara Municipal apreciará o projeto, que para aprovação, em razão de tratar de matéria tributária, deverá ser aprovado por 2/3 (dois terços) dos membros daquela Casa Legislativa.
 - (B) o Prefeito Municipal, discordando do teor do projeto de lei, poderá editar Medida Provisória disciplinando a matéria, quando o projeto alcançar a fase de sanção ou veto no processo legislativo.
 - (C) o Plenário da Câmara Municipal poderá rejeitar o projeto, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelo voto de 3/5 (três quintos) dos membros daquela Casa Legislativa.
 - (D) o Prefeito Municipal não poderá vetar totalmente o projeto, por motivo de inconstitucionalidade, alegando que a matéria tributária é de iniciativa privativa do Chefe do Executivo Municipal.
 - (E) o Prefeito Municipal poderá vetar totalmente o projeto, por motivo de inconstitucionalidade, pois a matéria tributária é de iniciativa coletiva, de pelo menos 1/3 (um terço) dos membros da Câmara Municipal.
46. Prevê a Constituição Federal, sobre os direitos e garantias fundamentais, que
- (A) o Município e os demais entes federativos devem observar que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
 - (B) o Município prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado ao qual pertencer.
 - (C) deverão ser assegurados pelo Município, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões, em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal e os atos destinados à constituição de pessoas jurídicas sob a forma de microempreendedor individual.
 - (D) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, mediante comunicação à Municipalidade e pagamento da taxa devida.
 - (E) a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem, como, por exemplo, ações de improbidade em face dos Chefes dos Executivos Federal, Estadual ou Municipal.
47. Considerando que as previsões da Constituição Federal sobre o Poder Executivo Federal são aplicáveis ao Poder Executivo Municipal, é correto afirmar:
- (A) a eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizar-se-á, simultaneamente, no segundo domingo de outubro, em primeiro turno, e no primeiro domingo de novembro, em segundo turno.
 - (B) o Prefeito e o Vice-Prefeito poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do País por período de até 20 (vinte) dias; a extrapolação poderá acarretar a pena de perda do cargo.
 - (C) se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.
 - (D) a eleição do Prefeito não importará a do Vice com ele registrado, sendo que o Vice eleito substituirá o Prefeito, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga.
 - (E) se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o mais idoso.
48. A instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, à qual incumbe, como expressão e instrumento do regime democrático, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, é
- (A) o Ministério Público.
 - (B) a Procuradoria do Estado.
 - (C) a Advocacia em Geral.
 - (D) a Advocacia Pública.
 - (E) a Defensoria Pública.
49. Casal de brasileiros natos muda-se para Nova Iorque. Após um ano na cidade americana, lá nasce o primeiro filho desse casal. Essa criança, nos termos da Constituição Federal de 1988, tem nacionalidade
- (A) brasileira, naturalizada, desde que venha a residir na República Federativa do Brasil em 5 (cinco) anos.
 - (B) brasileira, nata, desde que seja registrada na repartição brasileira competente.
 - (C) brasileira nata, se, depois de atingida a maioridade, fizer opção pela nacionalidade brasileira em 1 (um) ano.
 - (D) americana, porque apenas as leis americanas podem incidir, já que a Constituição Federal Brasileira não prevê tal hipótese.
 - (E) americana, porque a Constituição de 1988 prevê que os filhos de brasileiros terão a nacionalidade do país no qual nascerem.

50. A Constituição Federal prevê que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem, como um de seus fundamentos, a
- (A) prevalência dos direitos humanos.
 - (B) autodeterminação dos povos.
 - (C) solução pacífica dos conflitos.
 - (D) dignidade da pessoa humana.
 - (E) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

NOÇÕES DE DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

51. Segundo a Constituição Federal do Brasil, que consagra o princípio da legalidade, a instituição de tributos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, compete, via de regra,
- (A) à Lei Ordinária.
 - (B) ao Decreto Regulamentador.
 - (C) à Emenda Constitucional.
 - (D) à Lei Complementar.
 - (E) à Medida Provisória.
52. De acordo com a Constituição Federal do Brasil compete à União instituir imposto sobre a
- (A) transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direito.
 - (B) propriedade de veículos automotores.
 - (C) propriedade predial e territorial urbana.
 - (D) propriedade territorial rural.
 - (E) transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.

53. Preceitua o Código Tributário Nacional (CTN) que imposto é o tributo
- (A) que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia.
 - (B) cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
 - (C) que é instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
 - (D) que tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico ou divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
 - (E) cuja obrigação tem por fato gerador uma situação dependente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
54. Nos termos da Lei que estatui as Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, a Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa, de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de
- (A) unidade, universalidade e anterioridade.
 - (B) unidade, universalidade e irretroatividade.
 - (C) unidade, universalidade e anualidade.
 - (D) unidade, universalidade e retroatividade.
 - (E) unidade, universalidade e progressividade.
55. Assinale a alternativa correta que, nos termos da Lei nº 4.320/64, apresenta a classificação da receita nas categorias econômicas.
- (A) Receitas correntes e receitas de capital.
 - (B) Receitas de investimentos e receitas de inversões financeiras.
 - (C) Receitas de transferências correntes e receitas tributárias.
 - (D) Receitas derivadas e receitas de investimentos.
 - (E) Receitas de investimentos e receitas originárias.

56. Assinale a alternativa correta quanto à clareza e à concisão textual.

- (A) Um dos onze municípios paulistas considerados estâncias hidrominerais do Estado de São Paulo, o município de Poá adquire, em 1970, o direito de agregar ao seu nome o título de estância hidromineral, termo por que passa a ser designado pelo expediente municipal oficial. Por essa razão, recebe do Estado uma verba maior para o desenvolvimento do turismo local. O principal setor da economia de Poá é o de serviços, já que a instalação de indústrias poluentes foi dificultada a partir do ano em que se tornou estância.
- (B) Um dos onze municípios paulistas considerados estâncias hidrominerais do Estado de São Paulo, o município de Poá desenvolve na economia o setor de serviços, ainda que a instalação de indústrias poluentes foi dificultada em 1970. O município de Poá, uma das estâncias hidrominerais paulistas, recebe do Estado verba maior e essa verba é destinada ao desenvolvimento do turismo local. O município de Poá, merecida e justificadamente, recebe o título de estância hidromineral do expediente municipal oficial e agregou esse termo ao seu nome.
- (C) Em 1970, o município de Poá, uma das estâncias hidrominerais do Estado de São Paulo, passou a ser chamada pelo expediente municipal oficial de estância hidromineral, termo que foi agregado ao nome de Poá. Sendo assim, Poá recebe do Estado verba consideravelmente maior, verba essa que é destinada ao desenvolvimento do turismo local. Em 1970, as indústrias poluentes foram proibidas em Poá e, hoje, certamente, na estância hidromineral, o setor de serviços é o maior setor da economia da estância.
- (D) Poá, por ser um dos onze municípios paulistas a ser considerados estâncias hidrominerais, o município de Poá adquire o direito de ser chamado de estância hidromineral, em 1970. Por assim ser chamado, agrega esse termo a seu nome e o município recebe verba maior do Estado, o que é plenamente justificado, e Poá passa a ser designado pelo expediente municipal oficial. As indústrias poluentes foram dificultadas para o desenvolvimento do turismo local. E o principal setor da economia, no município de Poá, é o setor de serviços.
- (E) Como as indústrias poluentes foram dificultadas em Poá, o setor de serviços é o principal setor da economia. Sendo um dos onze municípios paulistas a ser considerados estâncias hidrominerais, em 1970, essa estância hidromineral passou assim a ser chamada pelo expediente municipal oficial. Justamente por isso, pelo direito adquirido de ser estância hidromineral, o município de Poá desenvolve o turismo local em 1970, recebendo, assim, merecidamente, do Estado uma verba maior.

57. Ao enviar ao cidadão um comunicado, recomendando o uso consciente da água do município, o prefeito poderá

- (A) ilustrar o tema com citações de textos literários em que o elemento água seja retratado como um bem comum a ser valorizado por todos.
- (B) pronunciar-se de forma coloquial e amistosa, por ser o município de pequeno porte e permitir uma proximidade com os cidadãos.
- (C) utilizar linguagem com padronização própria de documento oficial e com acessibilidade franqueada a todos os cidadãos, concebidos como público.
- (D) dirigir-se, em tom contundente, a determinado segmento da população, comprovadamente o que mais desperdiça água no município.
- (E) apropriar-se de linguagem técnico-científica, de teor acadêmico, compatível com a natureza de documentos oficiais, para sensibilizar todas as camadas da população.

58. Observa-se no e-mail enviado aos funcionários pelo presidente da Câmara Municipal –

Prezados e ilustres funcionários,

Estamos vivendo tempos bicudos e as verbas andam curtas. Por isso, peço-lhes fazer economia de copos descartáveis, além de tomar cuidado com a impressão de documentos. Olhem o lixo e vejam que ele se transformou numa montanha de copos e folhas brancas.

Respeitosamente
José Vicente Amoroso
Presidente da Câmara –

- (A) ausência de formalidade e uso de vocativo respeitoso, permitidos na elaboração de mensagens eletrônicas trocadas entre seções da Administração Pública.
- (B) expressões coloquiais coerentes com os documentos oficiais, empregadas para conscientizar os funcionários e levá-los a cumprir as determinações do presidente.
- (C) linguagem subjetiva e metafórica condizente com as regras da comunicação oficial, segundo as quais as mensagens eletrônicas devem ser atrativas ao destinatário.
- (D) intenção de usar palavras corriqueiras, para atingir mais facilmente o destinatário, como recomenda o Manual de Redação Oficial para órgãos da Administração Pública.
- (E) excesso de informalidade de expressão, apesar de as mensagens eletrônicas de órgãos oficiais permitirem certa flexibilidade de linguagem.

Leia o memorando para responder às questões de números 59 e 60.

Mem.114/15

Em 31.10.2015

Ao Senhor Chefe do Departamento de Recursos Humanos.

Assunto: Curso de capacitação para uso de recursos eletrônicos.

1. Considerando a necessidade de a administração pública acompanhar o crescente avanço tecnológico, informo que a Câmara Municipal acabou de adquirir equipamentos novos para agilizar a informatização dos documentos e serviços.
2. Por essa razão, recomendo a Vossa Senhoria a programação de um curso de aperfeiçoamento, para que os funcionários se aprimorem em suas tarefas.

Atenciosamente,
José Vicente Amoroso
Presidente da Câmara Municipal

59. Sobre o memorando, é correto afirmar que

- (A) o campo "assunto" não precisa ser mencionado.
- (B) o fecho "atenciosamente" é adequado ao contexto.
- (C) o tratamento "Vossa Senhoria" não se aplica ao destinatário.
- (D) a economia de linguagem torna o texto obscuro.
- (E) a compreensão do texto está comprometida por falta de clareza.

60. Quanto ao emprego da norma-padrão, pode-se afirmar que

- (A) a vírgula depois de "tecnológico" é facultativa.
- (B) a forma de tratamento Vossa Senhoria deveria ser craseada.
- (C) a forma plural do verbo "se aprimorem" concorda com o sujeito "funcionários".
- (D) o verbo "informo" admite também a construção: informo de que".
- (E) a expressão "Por essa razão" pode ser substituída, no contexto, por "Contudo".

